



REP's - Revista Even. Pedagóg.

Número Regular: Educação e Literatura: saberes, cultura e leitura

Sinop, v. 10, n. 1 (26. ed.), p. 214-227, jan./jul. 2019

ISSN 2236-3165

<http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/index>

DOI: 10.30681/2236-3165

O PROCESSO EDUCACIONAL DAS MULHERES NEGRAS

NO ENSINO SUPERIOR:

uma análise no curso de Pedagogia da UNEMAT - Câmpus de Sinop¹

THE EDUCATIONAL PROCESS OF BLACK WOMEN IN HIGHER EDUCATION:

analysis in the Pedagogy Undergraduate course

at UNEMAT - Campus of Sinop

Edileusa Gonzaga Margarida

RESUMO

O artigo tratada trajetória das mulheres negras no Curso de Pedagogia, da Universidade do Estado de Mato Grosso, Câmpus de Sinop. A pesquisa, de cunho qualitativo, foi realizada por meio de entrevistas semi-estruturadas e questionários aplicados a acadêmicas do curso. Também foram coletados dados na Secretaria Acadêmica da instituição sobre a quantidade de cotistas nesse curso. O objetivo foi compreender os desafios para esse grupo de pessoas na formação acadêmica e permanência através de programas, projetos e políticas institucionais. Concluiu-se que, apesar da eficiência das cotas e o avanço das universidades, ainda são necessárias discussões que possam promover a inclusão racial em no meio acadêmico, principalmente em relação às mulheres negras.

Palavras-chave: Ensino Superior. Mulheres negras. Acadêmicas. Abordagem qualitativa.

¹ Este artigo é um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **O PROCESSO EDUCACIONAL DAS MULHERES NEGRAS NO ENSINO SUPERIOR: uma análise no curso de Pedagogia da UNEMAT – Câmpus de SINOP**, sob a orientação do Prof. Dr. Marion Machado Cunha e da Professora Fabiana Leite de Souza, Curso de Pedagogia, Faculdade de Educação e Linguagem (FAEL), da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Câmpus Universitário de Sinop, 2018/2.

ABSTRACT²

This article deals with the trajectory of black women in the Undergraduate Course of Pedagogy at the State University of Mato Grosso, Campus of Sinop. The qualitative research was carried out through semi-structured interviews and questionnaires applied to the female students of the course. The data were also collected from the Academic Secretary of the institution about the number of quota holders in this course. The objective was to understand the challenges for this group of people in academic education and their permanency through programs, projects and institutional policies. It was concluded that, despite the efficiency of quotas and the universities advancement, discussions are still needed in order to promote a real racial inclusion in the academic world, especially regarding black women.

Keywords: Higher Education. Black women. Female Student. Qualitative Approach.

Correspondência:

Edileusa Gonzaga Margarida. Graduanda em Pedagogia pela Faculdade de Educação (FAEL), da Universidade Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e Residência Pedagógica. Sinop, Mato Grosso, Brasil. E-mail: edileusa15.snp@hotmail.com

Recebido em: 09 de maio de 2019.

Aprovado em: 28 de maio de 2019.

Link: <http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/view/3522/2463>

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa realizada teve como objeto investigar como ocorre a formação educacional e profissional das mulheres negras, no Curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Abordará dois elementos fundamentais para iniciar a análise, são eles: as desigualdades sociais e a econômica, como fatores estruturais de longo alcance da sociedade capitalista.

Pretenderam-se com esse estudo discutir a trajetória das mulheres negras no Curso de Pedagogia, UNEMAT, as dimensões das limitações e dos desafios

² Resumo traduzido pela Professora Mestre Betsemens Barbosa de Souza Marcelino. Professora interina do curso de Letras da UNEMAT/Sinop. Mestre em Estudos de Linguagem pela UFMT/Cuiabá, 2015. Graduada em Licenciatura Plena em Letras, Português/Inglês pela UNEMAT/Sinop, 2013.

encontrados ao longo desse processo formativo no Ensino Superior. Buscou-se assim compreender que formação essas mulheres constroem e recebem na Universidade. E algumas questões foram formuladas nessa perspectiva, tais como: quais são as barreiras, as condições e os desafios que as mulheres negras encontram ao longo da sua formação profissional no curso de Pedagogia da UNEMAT?

No primeiro passo de formação da pesquisa, fizeram-se essas problematizações para estabelecer uma metodologia capaz de explicar esse objeto em sua essência, e as suas relações com outros objetos. O objetivo geral estabelecido para a pesquisa foi analisar as expectativas e perspectivas profissionais das mulheres negras no Curso de Pedagogia, considerando as desigualdades sociais como fenômeno multidimensional que implicam nas condições culturais, econômicas, políticas e de acesso a bens e serviços, aspectos que influenciam na escolha do curso e ao decorrer do seu processo educacional na UNEMAT, Câmpus de Sinop-MT. Já os objetivos implicaram em debater as desigualdades de gênero ligadas às questões raciais no curso de Pedagogia na UNEMAT de Sinop, e explicitar as condições e os desafios que as mulheres negras enfrentam para fazer o curso de Pedagogia em Sinop. A pesquisa qualitativa apresenta dados referentes às práticas dos sujeitos que fazem o acontecimento da pesquisa.

A partir do momento em que essas mulheres vivenciam o processo educacional e de formação profissional no Ensino Superior, isso cria a possibilidade para a transformação do sujeito. As mulheres enfrentaram muitas lutas, para conseguirem ter acesso a Universidade. É perceptível que o curso de Pedagogia continua sendo na maioria das vezes ocupado por mulheres. E grande parte dessas mulheres é negra. E isso porque mais de 54 % da população brasileira se declara negra ou parda nas pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016).

Do ponto de vista da repercussão social da pesquisa, nos ajuda a construir novos saberes sobre o tema, bem como poderei cooperar com novas reflexões e formulações teóricas para as mulheres negras que estudam o curso, ou mesmo para os professores, direção e coordenação pedagógica dele.

2. A MULHER NEGRA NA SOCIEDADE: uma trajetória histórica e cultural no trabalho e educação

Neste capítulo discutimos e problematizamos as condições de ser mulher em nossa sociedade capitalista e as dimensões políticas e ideológicas que mobilizam suas práticas sociais e as relações de opressão e violência. A sociedade humana é produto das condições do trabalho humano que assume em cada formação histórica da natureza própria, portanto as mudanças só foram possíveis por conta destas transformações humanas (MARX, 1985a, p. 153).

Na teoria de Santos (2006, p. 147), o autor afirma o seguinte sobre o trabalho:

O trabalho é o dispêndio de energia mental e corporal empregadas pelo sujeito social, na realização de sua ação intencional, para produzir seus valores ético-morais, políticos, culturais, conhecimentos diversos, a sua história, as suas crenças, a realidade objetiva, as regras de convivência social, a divisão social das suas atividades de trabalho, além de agir sobre a natureza para transformá-la, retirando dela tudo o que for necessário para a manutenção da vida (desde alimentos, matéria-prima, abrigo).

Essa concepção geral de trabalho nos permite compreender como o ser humano contribui com a sua ação para produzir a história e o contexto social no qual está inserido, independentemente de sua idade, de sua formação educacional, de gênero, de concepção religiosa ou cultural. Portanto, o nosso primeiro indício material do ato educacional está nas relações estabelecidas uns com os outros, pois é assim que se constroem as formas organizativas para trabalhar, produzir e sistematizar o conhecimento, produzindo assim símbolos culturais de convivência. Essa é a dimensão em que o sujeito tem a autonomia para transformar não apenas a natureza, mas a sua própria humanidade (MARX; ENGELS, 1978).

2.1 Mulheres negras na educação brasileira

Nesse contexto de preconceito contra mulher na sociedade, havia entre elas a classe negra, se as mulheres brancas, mesmo com todos os fatores que as prejudicavam, ainda gozavam de privilégios. As mulheres as negras trazem em suas histórias, centralmente, considerando a sociedade brasileira uma outra

discriminação, a de uma sociedade escravocrata e a herança profunda da expropriação (SANTOS,1999).

As mulheres negras podem ter sido as primeiras professoras de educação infantil da história. Na concepção de Freitas (2017), elas eram as que cuidavam das crianças dos senhores escravocratas e passavam mais tempo com elas que os próprios pais, então tinham a oportunidade de passar conhecimentos, não o de ensinar a ler e escrever, mas conhecimentos de vida, tais como, o que é certo ou errado, ou mesmo alguns tipos de brincadeira, coisas sobre a cultura de seu povo. Então elas são as protagonistas da história da educação, contudo eram proibidas de avançarem nesse âmbito, ou seja, no conhecimento científico.

2.2 Política de cotas no Brasil

As políticas de cotas no Brasil foi um marco significativo nos avanços para inserir a mulher negra em um sistema educacional mais justo. Com as políticas públicas da Educação Básica e Ensino Superior, houve um aumento significantes no nível de escolaridades para as mulheres negras, mesmo assim, elas enquanto pertencentes a população negra brasileira, continuaram sofrendo com as inúmeras desigualdades sociais.

O projeto de Lei número N.º 180/08, se utiliza do critério de cor, para beneficiar os negros, no sentido de inseri-los nas universidades, com o intuito de proporcionar uma reparação, pelas injustiças cometidas com eles no decorrer da história, não apenas educacional, mas também social. Essas políticas permitiram a entrada no ensino superior de uma forma mais justa.

O Brasil adotou no ano de 2000, o sistema de cotas nas universidades. A Constituição Federal prevê em seu artigo 206, inciso I, que o ensino será ministrado com base no princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, bem como em seu artigo 208, inciso V, estabelece que o dever do Estado com a educação será efetivado por meio da garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um. A partir deste tipo de Lei, as mulheres negras passaram a ter mais acesso as Universidades e puderam então ser tratadas com mais dignidade no âmbito da

Educação Superior. Mesmo assim, as cotas ainda são motivo para críticas, por alguns intelectuais.

2.3 As mulheres negras em um processo necessário contra a desigualdade

A pesquisa foi realizada no Curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Mato Grosso, que fica localizada na Avenida dos Ingás, 3001 - Jardim Imperial, Sinop – MT. Este curso foi escolhido porque ele dentre as licenciaturas³ da UNEMAT- campus de Sinop-MT, tem mais de 90% de seu público composto por mulheres, sendo que a maioria delas se autodeclaram pardas ou negras, conforme as categorias de identificação racial utilizadas pelo (IBGE, 2016). Foram coletados dados na Secretaria Acadêmica na UNEMAT campus de Sinop, na qual obtivemos as informações necessárias dos números de acadêmicas negras cotistas e não cotistas, como mostra o resultado da pesquisa na tabela abaixo.

Para compreender o universo de informações sobre o objeto investigado, que inicialmente estava confuso e misturado, foi utilizado dois instrumentos metodológicos para a coleta de dados, são eles: um questionário aberto e um roteiro semi-estruturado para fazer as entrevistas. Segundo Triviños (1987, p.146) implica em:

[...] queremos privilegiar as entrevistas semi-estruturada porque está ao mesmo tempo valoriza a presença do investigador oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessária, enriquecendo a investigação.

Os sujeitos participantes da pesquisa foram as acadêmicas negras cotistas da pedagogia. Apenas uma acadêmica, respondeu ao questionário aberto, no qual continha cerca de treze questões. A entrevista com roteiro semi-estruturado também foi com uma acadêmica, e as mesmas receberam nomes fictícios de acadêmica “A” e acadêmica “B”.

Na teoria de Triviños (1987) ele diz que, dentro da perspectiva deste tipo de pesquisa, o pesquisador pode estabelecer e modificar os objetivos correlatos a

³ As outras licenciaturas são Matemática, Letras e Geografia.

formulação do questionário ou entrevista com roteiro semi-estruturado, de acordo com a necessidade de apreensão da materialidade do objeto.

2.4 Política de cotas na UNEMAT, Câmpus de Sinop

Como as demais universidades estavam se adaptando ao sistema de cotas, a UNEMAT também se propôs a fazer parte dele, então a proposta foi apresentada pela Comissão e foi aprovada em sessão ordinária do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão – (CONEPE), realizada nos dias 13 e 14 de Dezembro de 2004, na qual se estabeleceu um percentual de 25% das vagas preferencialmente para negros autodeclarados. Este sistema terá vigência de 10 anos a contar da data da aprovação (Resolução Nº. 200/04 – CONEPE).

O Programa de Inclusão e Integração Étnico-Racial (PIIER) é um complemento para a UNEMAT. Já que sua principal função é inserir pessoas no meio universitário. Os dados sobre os cotistas do curso de Pedagogia foram obtidos em junho de 2018, na Secretaria Acadêmica na UNEMAT, durante a fase inicial da pesquisa. O período de base para a coleta desses dados fornecidos pela Secretaria Acadêmica foi de 2009 a 2012.

Tabela– Informações sobre os cotistas do curso de Pedagogia entre 2009 até 2012

| Ano | Nº C. | Nº CH ** | Nº C M*** | C F**** | C. D***** | C T***** | C.P***** |
|------|-------|----------|-----------|-----------------|-----------|----------|----------|
| 2009 | 20 | 0 | 20 | 15 CM | 05 C M | - | - |
| 2010 | 16 | 01 | 15 | 15 CM | 1C H | - | - |
| 2011 | 20 | 01 | 19 | 16 CM e 1 CH | 02 C M | 01CM | - |
| 2012 | 20 | 01 | 19 | 14 CM 1CH | 04 C M | 01 CM | - |

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora (2018) *Cotista, ** C Homem, ***C mulher, **** C Formaram, ***** C Desistiu, ***** Trancou, ***** C Pararam

É possível perceber no quadro acima que ao decorrer dos anos, ampliou-se a autodeclaração, como negros para requerer e concorrer na condição de cotista para uma das vagas do curso de Pedagogia. Uma constante nos dados obtidos é de que o número de cotistas femininas é predominante. Já outro elemento importante é o baixo índice de desistência dos cotistas no curso de Pedagogia.

Se observa que os candidatos inscritos através do Programa de Integração e Inclusão Étnico-Racial no período de 2006/1 a 2008/2 um número crescente de acadêmicos que se inscreveram nos cursos após a implementação do sistema de cotas na instituição. Observamos uma tendência de crescimento acentuada de 2006/1 à 2007/1, e um decréscimo de 2007/2 para 2008/1. Tais números refletem a implantação de uma política na universidade que se apresenta inicialmente uma população desinformada. De 2006 para 2007 o número subiu de 1718 inscritos para 2.232, um acréscimo de mais de 500 candidatos. E mesmo que nos vestibulares 2007/2 até 2008/2 este número tenha diminuído, isto não chegou perto do número do ano que se instituiu o sistema de cotas. Isso significa dizer que o sistema de cotas contribuiu sim para o ingresso dos cotistas na UNEMAT.

3 METODOLOGIA

3.1 Resultado da pesquisa com acadêmicas negras da UNEMAT de Sinop.

Os conteúdos abaixo são o resultado da pesquisa feita junto às acadêmicas negras do curso de pedagogia do Campus de Sinop. Foram duas acadêmicas que responderam ao questionário. As duas acadêmicas se autodeclararam como sendo de pele preta, autoconsideraram negras ou pretas, como é possível ver em suas respostas abaixo usando o termo preta. Mesmo que o termo preto utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016) não tenha sido muito aceito na comunidade União de Negros pela Igualdade (Unegro), uma sociedade criada na Bahia. Eles acham que o termo mais adequado seja negro, no entanto, como não há regras quanto a essa classificação, eles concordaram em usar este termo.

As duas acadêmicas responderam que sempre estudaram em escola pública. Todas as entrevistadas responderam afirmativamente à pergunta de, quanto ao fato de terem estudado em escolas públicas. Isso tem como características por comporem uma parcela da população de carente e de baixa remuneração. Situam-se na classe social que tem na venda da força de trabalho a única forma de manutenção da vida e em situação de precariedade. Ou seja, a escola pública é a única opção educacional para uma população de baixa renda. Para Almeida (1989)

as crianças das classes razoavelmente abastadas não vão à escola pública por que seus pais têm um preconceito velado, o preconceito de cor ou porque temem e, com razão, pela moralidade deles. Ou seja, a desigualdade racial é evidente no público que frequenta a escola pública.

As acadêmicas responderam que já sofreram preconceito sim, inclusive por parte de professor da Universidade. O preconceito revela a permissividade de um povo que vive em mundo moderno que, no entanto, é incapaz de aceitar que a cor da pele ou status social não define nada a respeito do ser pensante. Almeida e Alves (2011) dizem que apesar de raça ser apenas uma definição de cor de pele, o preconceito racial persiste e que as diferenças físicas/fenotípicas das populações não constituem raças diferentes, e este preconceito atinge especialmente as mulheres, fato persistente desde a época colonial. O preconceito sofrido pelas entrevistadas é notório. Todas elas dizem já terem passado por essa experiência, seja por ser negra ou por cursar pedagogia. Nesta pergunta as entrevistadas foram abordadas a respeito do motivo pelo qual optaram por cursar pedagogia, suas opiniões se diversificaram:

(01) Acadêmica A: Falta de dinheiro.

(02) Acadêmicas B: Sempre sonhei com isso.

Gomes (2002) afirma que quando a diferença étnica/racial é transformada em deficiência, surgem também justificativas pautadas em um fator psicológico que reduz as implicações sociais e econômicas que incidem sobre a população negra. São características excludentes de uma educação falha, com necessidade de mudança. Quando perguntado referente às políticas implantadas pela Universidade, a fim e de inserir e possibilitar a permanência da mulher negra no âmbito acadêmico:

(03) Acadêmica A: Nenhum.

(04) Acadêmica B: Nenhum.

As respostas não refletem a necessidade da educação, pois todas as entrevistadas disseram que não participaram de nenhuma ação que desta natureza. Isso reflete ainda, mesmo diante de políticas educacionais inclusivas, o quanto ainda é preciso trabalhar a permanência e não apenas a inserção das mulheres negras no sistema educacional superior.

Isso é apenas uma confirmação do que foi relatado pelas acadêmicas que participaram da entrevista. Não é suficiente inserir apenas, é preciso trabalhar para que haja permanência, ou, essas políticas de inclusão poderão obter mesmo resultado da libertação da escravatura, que apenas os tirou da servidão, sem, no entanto os incluírem no mercado de trabalho a fim de os tornarem cidadãos com os mesmos direitos dos brancos, uma política de inclusão que não visa todos os aspectos, apenas leva essa população a margem de uma sociedade, os tira de uma senzala e os lança na senzala do descaso.

Uma das políticas de inclusão para diminuir o preconceito contra os negros nas universidades foi o Programa de Inclusão e Integração Étnico Racial, (PIIER), e este foi o assunto da próxima pergunta. As entrevistadas se dividiram nessa opinião, uma dela soube dizer o que é, a outra não:

(05) Acadêmica A: Sim.

(06) Acadêmica B: Não.

Esse fator pode gerar opiniões sobre a necessidade de uma divulgação mais ampla sobre o assunto, pois a política de inclusão é muito importante. Ela foi criada não por considerar os negros um povo menos inteligente, mas como forma de reparação por tanta injustiça cometida com eles na época da escravatura no Brasil. É como uma indenização, mesmo que isso não seja suficiente, para reparar todo o mal, ela é uma política afirmativa e precisa ser mais divulgada.

Quanto a pergunta sobre a utilização do PIIER para entrar na universidade, todas responderam que sim. Mesmo assim, como essa política é direito constitucional delas, não há motivos para que não o utilizassem, haja vista que isso não as classifica como não capazes de forma cognitiva a entrarem no nível superior. Ainda é possível perceber pessoas que ignoram o real sentido do sistema de cotas,

inclusive entre pessoas intelectualmente esclarecidas. Talvez por isso, algumas pessoas se recusem a usá-lo, temendo o preconceito.

Questionadas sobre os desafios para manterem sua trajetória até o fim, ou seja, até a graduação, uma disse que sua dificuldade é encontrar material didático a fim de se qualificar melhor, e a outra disse na sua resposta revelam o quanto a realidade da mulher é sobrecarregada, ela precisa estudar e trabalhar. A dupla jornada de trabalho atrelada aos estudos acarreta em sua vida um gama de dificuldades, tornando seu processo acadêmico mais pesado do que na verdade devia ser.

(07) Acadêmica A: Conciliar trabalho e estudo.

(08) Acadêmica B: Material didático.

Então, o que se nota é que é necessária uma política que auxiliem essas acadêmicas a diminuírem sua jornada. Pois a falta de tempo para estudar pode prejudicar seu desempenho durante as aulas, e conseqüentemente dificultar sua inserção no mercado de trabalho, por conta de que seu aprendizado não tenha sido aproveitado como deveria.

Mesmo que o Câmpus de Sinop tenha o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), ele não é específico para negros. Nessa política, elas concorrem de igual para igual com candidatos brancos, uma disparidade, diante das dificuldades extremas que as mulheres negras enfrentam na sociedade, como bem foi decorrido nessa pesquisa.

Outra pergunta realizada foi a seguinte: Na prática do cotidiano dentro da sala de aula como são debatidas as questões das desigualdades étnico-raciais e de gênero?

(09) Acadêmica A: Problema social.

(10) Acadêmica B: É abordado na aula maneira sutil.

Amaral (1998) ressalta que a educação precisa prestar um bom serviço à comunidade, buscando atender as especificidades dos alunos que chegam ao setor

educacional, cabendo à educação adequar-se às necessidades dos alunos e não os alunos às necessidades dela. O objetivo não transformar a educação em um serviço de assistência social, desconsiderando seu papel de promotora de novos conhecimentos consciente. O sistema educacional deve buscar alternativas diferenciadas para atingir seus diferentes grupos de acadêmicos, evitando desta forma, a exclusão e, conseqüentemente, a discriminação.

Sobre as disciplinas específicas do Curso de Pedagogia, se trabalham a questão étnica, as respostas das entrevistadas são as descritas a seguir:

(11) Acadêmica A: Filosofia, Sociologia e Antropologia.

(12) Acadêmica B: Não é debatido.

Uma delas diz que é debatido o tema nas disciplinas de Filosofia, Sociologia e Antropologia. E a outra diz que não é debatido este assunto nem discutido. Fica claro aqui que existe uma problemática nesse contexto, pois apenas uma acadêmica percebeu que o tema é debatido em três disciplinas, o assunto das questões étnicas pode não estar sendo tratado com a devida relevância que o tema requer.

Haja vista que Lei nº 10.639/03 que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileiras e africanas nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio; o Parecer do CNE/CP 03/2004 que aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas; e a Resolução CNE/CP 01/2004. Como o universo acadêmico levará essas futuras professoras ao exercício do magistério em escolas públicas ou particulares, é importante que elas saibam como trabalhar esse tema com a devida responsabilidade e reflexão crítico-científica definida na (lei nº 9.394,1996.).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não dúvidas de que as mulheres negras tiveram um papel fundamental no setor educacional, haja vista que eram elas que davam os primeiros ensinamentos às crianças na casa grande, através das brincadeiras e contos referentes à sua

cultura. Mesmo em meio uma sociedade que se julga moderna e sem preconceito ainda é possível contatar que o passado deixou marcas na vida da população negra de tal forma que talvez nem a Lei consiga retirar.

O que se pode concluir é que a população negra não era mais proibida de frequentar o espaço escolar, mas, por diversas práticas, era impedida de desfrutar genuinamente desse espaço. Concluímos ainda que apesar da eficiência das cotas, e o avanço da UNEMAT, ainda se necessita de discussões que possam promover a inclusão racial em seu meio acadêmico. Principalmente em relação às mulheres negras, por conta do conceito social que elas enfrentaram no passado, enfrentam no presente, assim todo esse referido preconceito poderá minimizado para as futuras gerações.

REFERÊNCIAS

ACADÊMICA A. Investigação sobre o processo educacional da mulher negra no ensino superior. [Entrevista cedida à] Edileusa Gonzaga Margarida. **O processo educacional das mulheres negras no ensino superior: uma análise no curso de Pedagogia da UNEMAT – Câmpus de Sinop, Sinop, UNEMAT, Curso de Pedagogia, ago/dez 2018.**

ACADÊMICA B. Investigação sobre o processo educacional da mulher negra no ensino superior. [Entrevista cedida à] Edileusa Gonzaga Margarida. **O processo educacional das mulheres negras no ensino superior: uma análise no curso de Pedagogia da UNEMAT – Câmpus de Sinop, Sinop, UNEMAT, Curso de Pedagogia, ago/dez 2018.**

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **História da instrução pública no Brasil (1500-1889): história e legislação.** São Paulo: Educ.; Brasília: Inep/MEC, 1989.

ALMEIDA, Giane Elisa Sales de; ALVES, Claudia Maria Costa. Educação escolar de mulheres negras: interdições históricas. **Revista Educação em Questão**, v. 41, n. 27, 2011.

AMARAL, Lígia Assumpção. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. *In*: AQUINO, Júlio Groppa (org.). **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas.** 4. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1998. p. 11-30.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: MEC/CNE, 2004.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 18 abr. 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de novembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília - DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 17 nov. 2017.

FREITAS, Tais Pereira de Freitas. **Mulheres Negras na Educação Brasileira**. Curitiba: Appis, 2017.

GOMES, Nilma Lino. Educação e identidade negra. **Aletria: Revista de Estudos de Literatura**, v. 9, p. 38-47, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico: Resultados 2010. Recenseamento Geral do Brasil, Brasília/DF, 2011.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985a. Livro 1, v.1, t.1. (Os economistas).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Crítica da educação e do ensino**. Introdução e notas de Roger Dangeville. Lisboa, Portugal: Moraes, 1978.

SANTOS, Cristiane Andrade. Significado do trabalho e conduta ético- profissional: um estudo de caso na Polícia Militar baiana. 2006. 147 f. Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2006.

SANTOS, H. *et al.* **Políticas públicas para a população negra no Brasil**. ONU, 1999. [Relatório ONU].

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. CONEPE – Conselho De Ensino, Pesquisa E Extensão. Resolução nº. 200/2004. Aprova o Programa de Integração e Inclusão Étnico-Racial da Universidade do Estado de Mato Grosso. Cáceres, 13 e 14 de dezembro de 2004.